


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0502852-47.2007.8.26.0566**

Classe - Assunto **Execução Fiscal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Por intermédio de exceção de pré-executividade (fls.02/07 dos autos em apenso), o executado, Isaías Ferreira por seu Curador Especial, na execução fiscal que lhe move a Prefeitura Municipal de São Carlos, alega (a) prescrição (b) nulidade da citação por edital.

Em impugnação, a excepta refutou seus argumentos.

O Juízo determinou, de ofício, a busca de novos endereços do executado (fls. 19). A serventia certificou, a fls. 20, a inexistência, nos autos, do número do CPF do executado.

Da certidão, não houve vista às partes para atendimento e, nos autos principais, a exequente requereu a suspensão do feito (fls. 29 – março/2012 e fls. 31 - março/2013). Também, nos autos principais, agora, já em janeiro/2016, atravessou petição juntando certidão de óbito de Isaías Ferreira e requerendo o prosseguimento em relação ao Espólio.

É o breve relato. Decido.

Reconhecimento da nulidade da citação por edital

A jurisprudência do STJ é no sentido de que "a citação por edital na execução fiscal é cabível quando frustradas as demais modalidades" (Súmula 414/STJ).

Isso quer dizer que para a citação por edital não é necessário efetuar, antes, pesquisas de endereços em sistemas informatizados, mas é preciso que tenham sido tentadas "as demais modalidades" de citação.

As "demais modalidades", no caso, seriam citação a por correio e por oficial.

O próprio STJ já consignou, de modo expresso: " ... para se admitir a citação por edital no processo de execução fiscal, bastam as tentativas frustradas de citação pelos correios e via oficial de justiça; o art. 8º, III, da Lei nº 6.830/80 não exige o prévio exaurimento dos meios


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

extrajudiciais disponíveis para a localização de outro endereço". (REsp 1348531/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, 2ªT, j. 23/10/2012).

No caso dos autos, resultou infrutífera a citação por correio, fls. 12, ao que sucederam dois pedidos de suspensão do prazo para diligências, pela exequente, fls. 13, 16, e, na sequência, pedido de citação por edital.

Nota-se que a citação por edital fundamentou-se apenas no insucesso da citação por correio, o que é inadmissível, porquanto sequer a citação por oficial de justiça – servidor que diligencia junto à vizinhança para obter notícias a propósito do endereço do devedor – foi requerida e efetivada, em violação à Súm. 414 do STJ.

A nulidade há que ser reconhecida.

Afastamento da Prescrição Tributária

Nos casos de tributos sujeitos a lançamento de ofício, a constituição definitiva do crédito tributário (art. 174, caput, CTN) dá-se com a notificação ao sujeito passivo (STJ, AgRg no AREsp 246.256/SP, Rel. Min. Humberto Martins, 2ªT, j. 27/11/2012).

Todavia, há que se ponderar que antes do vencimento do imposto ele é inexigível, não havendo a possibilidade de se deduzir pretensão executiva (art. 580, CPC), devendo exigir-se então, para o início do lapso prescricional, o vencimento, orientação esta admitida no STJ, por exemplo, em relação ao IPTU: "constituído o crédito tributário pelo envio do carnê ao endereço do sujeito passivo e encontrando-se pendente o prazo de vencimento para o pagamento voluntário, ainda não surge para o credor a pretensão executória, sem a qual não tem início o prazo prescricional" (REsp 1399984/PE, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ªT, j. 10/09/2013).

Mas, no caso de pagamento parcelado para o tributo, como no IPTU, qual vencimento? É razoável fixar como termo inicial o vencimento da última parcela, pois antes deste ainda há a oportunidade de o contribuinte quitar as parcelas anteriores, evitando a exigibilidade do


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

crédito.

O TJSP possui diversos julgados fixando como termo inicial, nesses casos, o vencimento da última parcela: AI 0163023-74.2013.8.26.0000, Rel. Silvana Malandrino Mollo, 14ª Câmara de Direito Público, j. 31/10/2013; Ap. 0007147-55.2002.8.26.0116, Rel. João Alberto Pezarini, 14ª Câmara de Direito Público, j. 31/10/2013; MS 0122461-57.2012.8.26.0000, Rel. Nuncio Theophilo Neto, 14ª Câmara de Direito Público, j. 09/08/2012; Ap. 0080516-16.2001.8.26.0602, Rel. Rodolfo César Milano, 14ª Câmara de Direito Público, j. 16/06/2011.

À luz de tais ensinamentos, os termos iniciais, neste caso, são:

- CDA de fls. 03: 15/12/2002
- CDA de fls. 04: 15/12/2003
- CDA de fls. 05: 15/12/2004
- CDA de fls. 06: 29/12/2005

Em consequência, os termos finais do prazo prescricional são:

- CDA de fls. 03: 15/12/2007
- CDA de fls. 04: 15/12/2008
- CDA de fls. 05: 15/12/2009
- CDA de fls. 06: 29/12/2010

Sobre a interrupção do lapso, a matéria rege-se pelo art. 174, parágrafo único do CTN, não importando a disciplina da LEF, pois esta, nesse tema, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, "b" da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar); na execução fiscal, o momento interruptivo é estabelecido pelo inciso I do parágrafo único acima referido; tal inciso I, até a LC nº 118/05, previa a citação


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

como ato interruptivo, e, após a LC nº 118/05, que entrou em vigor em 09/06/05, passou a prever o despacho do juiz que determina a citação como ato interruptivo; segundo o STJ, REsp 999901/RS, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 13/05/2009, a norma superveniente, de caráter processual, tem incidência nos processos em curso, desde que ainda não tenha sido prolatado o despacho do juiz que determina a citação, quer dizer, se em 09/06/05, no executivo fiscal específico, já tinha sido proferido o despacho de citação, a interrupção ocorre com a citação, se ainda não tinha sido proferido tal despacho, a interrupção ocorre com a sua prolação.

Observe-se que a suspensão do prazo prescricional pela inscrição em dívida ativa, prevista no art. 2º, § 3º da LEF, não se aplica aos créditos de natureza tributária, uma vez que a prescrição tributária é regida, segundo o art. 146, III, "b" da CF/88, pela lei complementar que estabelece normas gerais em matéria tributária, in casu o CTN (recepcionado com lei complementar), que não prevê a suspensão prescricional em comento. O entendimento está consolidado no STJ: REsp 1165216/SE, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ªT, j. 02/03/2010.

No entanto, o § 1º do art. 219 do CPC, segundo o qual a interrupção da prescrição retroage à data da propositura da ação, aplica-se aos créditos tributários, segundo orientação do STJ, REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 12/05/2010, posicionamento este coerente com o fenômeno da prescrição, que pressupõe inércia do credor, inexistente no caso do credor que cobra a dívida em juízo.

Assim, também na execução fiscal é válida a Súm. 106 do STJ, segundo a qual "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação [ou a demora para a prolação do despacho de citação], por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência" (Súm. 106, STJ).

Sendo assim, é necessário examinar, em cada caso, se houve omissão, inércia ou negligência do credor ao dar andamento processual, causadora do atraso que levou à prescrição


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

antes do marco interruptivo.

Intelecção esta, veja-se, na linha do disposto no § 2º do art. 219 do CPC.

Quanto ao caso em exame, o executivo fiscal foi distribuído em 12/12/2007 e o despacho que determinou a citação foi prolatado em 19/12/2007.

Todavia, examinando-se a sequência de atos processuais, até 19/12/2007, não se vislumbra inércia do exequente. A demora em se prolatar a decisão de citação, não se pode imputar à exequente. Assim, deve-se admitir que o efeito interruptivo da prescrição considera-se ocorrido na propositura da ação executiva fiscal (12/12/2007).

Reconhecimento da Prescrição Intercorrente

Ocorrida a interrupção da prescrição em 12/12/2007, com a propositura da ação, nenhum andamento efetivo foi promovido nos autos pelo exequente até a data em que houve o requerimento de fls. 34/35, apresentado em 25/01/2016.

O longo lapso decorreu da inércia da Fazenda Pública, que (a) em três ocasiões requereu (sem qualquer resultado ou utilidade daí advindos) o sobrestamento do processo para "diligências " de sua parte, fls. 10, 13, 16 (b) na ocasião seguinte, fls. 18vº, requereu uma citação por edital descabida (c) na sequência, apresentou dois novos pedidos de suspensão, fls. 29, 31.

Somente em 25/01/2016, veio aos autos manifestação relevante e de efetivo andamento ao processo, quando a exequente informou o óbito do de cujus, ocorrido, por sinal, mais de 05 anos antes, em 09.01.2011.

Sabe-se que requerimentos de diligências que se mostram infrutíferas –para localizar o executado ou bens penhoráveis - não suspendem ou interrompem a prescrição intercorrente (STJ: REsp. 1.305.755/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Dje 10.05.2012; AgRg no REsp. 1.251.038/PR, Rel. Min. CESAR ASFOR ROCHA, Dje 17.04.2012, REsp. 1.245.730/MG, Rel. Min. CASTRO MEIRA, Dje 23.04.2012, AgRg no REsp. 1.208.833/MG, Rel. Min. CASTRO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua Sorbone, 375

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

MEIRA, Dje 03.08.2012 e EDcl nos EDcl no AgRg no REsp. 1.122.356/MG, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 18.03.2014).

Mas a inércia do exequente não para aí.

Com efeito, no apenso, em 10.11.2011, fls. 20, a serventia certificou a necessidade de vir aos autos o CPF do executado para que seu endereço fosse localizado, e tal informação em momento algum foi transmitida pelo exequente.

Conclui-se, então, que desde a interrupção da prescrição com a propositura do executivo, em 12/12/2007, até o pedido de 25/01/2016, a inércia da exequente viabilizou o reconhecimento da prescrição intercorrente.

Quanto ao pedido feito pela defensoria, de pagamento dos honorários do curador especial, não deve ser admitido, uma vez que a curadoria especial constitui-se em função institucional da Defensoria Pública, não se mostrando possível o recebimento de honorários pelo desempenho de munus público (REsp 1297354/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/11/2012, DJe 03/12/2012).

Ante o exposto, JULGO extinta esta execução fiscal com fundamento no art. 487, II do NCPC. Sem condenação em honorários.

Oportunamente arquivem-se.

P.R.I.

São Carlos, 09 de maio de 2016.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA